

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
------------------	----

I – DIREITO AO CONHECIMENTO DA IDENTIDADE GENÉTICA – NOÇÃO DE PATERNIDADE.....	21
---	----

1	Identidade genética – Direito fundamental da personalidade humana....	21
2	Noção de paternidade.....	24
2.1	Paternidade legal – biológica e socioafetiva	26
2.2	Paternidade jurídica.....	28
3	Justiça salomônica: paternidade biológica <i>versus</i> paternidade socioafetiva	30
4	Reconhecimento de paternidade – judicial ou voluntário	32

II – PROVA NA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.....	35
--	----

1	Provas da paternidade em juízo	35
1.1	Depoimento pessoal	37
1.2	Prova documental.....	38
1.3	Prova testemunhal	40
1.4	Confissão.....	41
1.5	Prova pericial	43
1.6	Prova indiciária e presunção	44
2	O conjunto probatório nas ações de investigação de paternidade	46
3	Evolução científica da prova pericial da paternidade.....	48
3.1	Das provas científicas	48
3.2	O exame de DNA	59

3.3	Confiabilidade e a confidencialidade dos exames de DNA.....	62
4	Evolução legislativa no Brasil em matéria de prova científica da paternidade.....	65
4.1	Da presunção de paternidade à paternidade presumida.....	65
4.2	Do Código Civil de 1916 ao Código Civil de 2002 à Constituição Federal de 1988	65
5	Dos julgados à Súmula 301 do STJ.....	68
III	– PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE NOS DIREITOS BRASILEIRO E COMPARADO.....	75
1	Presunção de paternidade no Direito brasileiro.....	75
1.1	Presunção: <i>pater is est quem nuptiae demonstrant</i>	75
1.2	Presunção: <i>juris et de jure</i>	79
1.3	Presunção: <i>juris tantum</i>	79
2	Aspectos sociais da presunção de paternidade	80
3	Presunção de paternidade no direito comparado	83
3.1	Direito francês.....	83
3.2	Direito belga.....	85
3.3	Direito suíço	86
3.4	Direito português.....	87
3.5	Direito inglês.....	88
3.6	Direitos italiano e espanhol	88
3.7	Direito alemão	89
3.8	Direito argentino	90
IV	– QUESTÕES CONTROVERTIDAS DIANTE DA RECUSA DO INVESTIGADO EM SE SUBMETER AO EXAME DE DNA	93
1	Condução coercitiva do investigado ao exame de DNA <i>versus</i> violação de direitos fundamentais do investigado.....	93
2	Presunção <i>juris tantum versus</i> violação dos direitos fundamentais do investigante	96
2.1	Efeitos jurídicos para investigado e investigante diante do reconhecimento da paternidade por via da presunção <i>juris tantum</i>	99
3	Identidade afetiva <i>versus</i> identidade genética.....	100

V – OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A SUA VALORAÇÃO	107
1 Os direitos da personalidade	107
2 Princípio da dignidade da pessoa humana do investigante <i>versus</i> princípio da dignidade da pessoa humana do investigado	109
3 Princípios da igualdade, da razoabilidade e da proporcionalidade e a ponderação dos direitos fundamentais nas ações investigatórias de paternidade	114
3.1 Princípio da igualdade e sua relevância na valoração dos direitos fundamentais	114
3.2 Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade	116
4 Ponderação dos direitos fundamentais colidentes nas ações investigatórias de paternidade	123
VI – A FLEXIBILIZAÇÃO DA COISA JULGADA NAS AÇÕES INVESTIGATÓRIAS DA PATERNIDADE	133
1 Da coisa julgada, nas ações investigatórias de paternidade	133
2 Possibilidade de flexibilização da coisa julgada nas ações investigatórias de paternidade	138
2.1 Investigação de paternidade procedente baseada nos meios probatórios clássicos ou sob a forma de presunção simples – coisa julgada <i>versus</i> exame de DNA negativo	140
2.2 Improcedência da ação de investigação da paternidade por insuficiência de provas – coisa julgada <i>versus</i> exame de DNA positivo	141
3 Posicionamentos doutrinário e jurisprudencial dos casos propostos acerca da flexibilização da coisa julgada, nas ações investigatórias da paternidade	142
CONCLUSÃO	155
REFERÊNCIAS	163
ÍNDICE ALFABÉTICO	173